



Experiencias emergentes de la Economía Social en Iberoamérica

Directores

**Juan Fernando Álvarez
Carmen Marcuello**



DIRECCIÓN GENERAL DEL
TRABAJO AUTÓNOMO,
DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y DE
LA RESPONSABILIDAD SOCIAL
DE LAS EMPRESAS

TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIAS DAS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DAS COOPERATIVAS POPULARES (ITCPs) E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Tatiana Ribeiro Velloso

Professora Doutora e Pró Reitora de Extensão
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
INCUBA/UFRB/UNITRABALHO e do CIRIEC-Brasil

Leandro Pereira Moraes

Professor Doutor do Departamento de Economia
Faculdade de Ciências e Letras
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Nações Unidas para a Economia Social e Solidária (UNTFSSSE) e do CIRIEC-Brasil

Daniel Francisco Nagao Menezes

Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Direito Político e Econômico
Universidade Presbiteriana Mackenzie
CIRIEC-Brasil

RESUMO

A Economia Social e Solidária (ESS) compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo, consumo solidário, moedas sociais, entre outros. Uma de suas formas de atuação se faz por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Para Santos e Cruz (2008, p. 2), as ITCPs, “de modo geral, apesar de ser alvo de crítica por muitos setores tradicionais da mobilização universitária, tem a ampla audiência de quem quer mudança”. Daí sua relevância enquanto forma organizacional “emergente”. No Brasil, a primeira ITCP nasceu em 1995, na Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UFRJ). Posteriormente, novas ITCPs surgiram em outras universidades brasileiras; contexto este que propiciou a criação de uma Rede de ITCPs que se ampliou e passou a fazer parte da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (REDE UNITRABALHO), com a elaboração de um Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PRONINC). Desta forma, o objetivo deste trabalho é traçar um panorama histórico da evolução das ITCPs no Brasil, a partir da visualização de alguns de seus marcos, desde sua origem até os dias de hoje e sua relação com as atividades acadêmicas, especialmente da extensão universitária. Do ponto de vista metodológico, o estudo foi realizado a partir de revisão bibliográfica, bem como análise de alguns Relatórios Técnicos sobre a Avaliação do PRONINC.

Palavras chave: Incubação; Políticas Públicas; Extensão Universitária; Trabalho; Renda.

Introdução

A Economia Social e Solidária (ESS) compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo, consumo solidário, moedas sociais, entre outros. O campo de estudos e da *práxis* da ESS contempla diferentes correntes teóricas, que hoje influenciam o pensamento sobre o seu papel e o seu lugar na transformação do modo de produção capitalista (Moraes & Bacic, 2020).

Ou seja, este campo é caracterizado pela permanente tensão, seja no que se referem às questões teórico-conceituais, seja entre as diferentes iniciativas locais, sua escala, seus contextos, suas especificidades, seus enquadramentos e seus modos de operação. Este fenômeno multifacetado que surgiu das lutas dos trabalhadores e que, progressivamente, ganha espaço na academia, nas agendas de políticas públicas nacionais e internacionais e pela adesão de seus atores, apresenta-se, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão sócio laboral.

Uma de suas formas de atuação se faz por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que contemplam a formação de empreendimentos econômicos solidários, voltada para a geração de trabalho e de renda, bem como, vivenciando os princípios da ESS, dentre eles, o desenvolvimento local (Guimarães, 2000). Segundo Vechia et al (2011, p. 1), uma ITCP é “uma unidade acadêmica interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, cujo objetivo é fazer interagir o meio universitário e os grupos de trabalhadores/as que tentam empreender economicamente de forma coletiva, solidária e autogestionária, de maneira a apoiar a formação e a consolidação dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, transformar a universidade, aproximando-a dos interesses, desejos e necessidades dos setores populares”.

Para estes autores, a primeira ITCP no Brasil nasceu em 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), inspirada em campanhas voltadas contra a fome, bem como de outras demandas em torno da redução da violência nas favelas do Rio de Janeiro, em um momento de profunda transformação do mundo do trabalho e suas novas configurações, representada por crises que acentuaram o desemprego e a precarização das relações de trabalho. A criação desta experiência também surge com o propósito da universidade garantir espaços de construção de conhecimentos para segmentos sociais que historicamente foram invisibilizados, como forma de contribuir para a transformação das desigualdades existentes na realidade brasileira.

Vale mencionar que este projeto de ITCPS obteve financiamento público da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal e propugnava a ideia de difusão de tecnologia e de metodologias de incubação. No final dos anos de 1990 outras universidades brasileiras começaram a conceberem ITCPS, contexto este que propiciou a criação de uma Rede de ITCPS que se ampliou e passou a fazer parte da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o

Trabalho (REDE UNITRABALHO), com a elaboração de um Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PRONINC).

Nesse sentido, este artigo terá como objetivo traçar um panorama histórico da evolução das ITCs no Brasil, a partir da visualização de alguns de seus marcos, desde sua origem até os dias de hoje e sua relação com as atividades acadêmicas, especialmente da extensão universitária. Do ponto de vista metodológico, o estudo será realizado a partir de revisão bibliográfica, bem como análise de alguns Relatórios Técnicos sobre a Avaliação do PRONINC.

Para tal, o capítulo se encontra estruturado da seguinte forma: após esta Introdução, o tópico 1 trata das origens e das conexões entre a ESS e as ITCs no Brasil, incluindo as estruturas de apoio institucional e das políticas públicas. Posteriormente, o tópico 2 apresenta os principais avanços e retrocessos para a universidade pública nas atividades acadêmicas relacionadas com as ITCs, bem como aspectos condizentes à institucionalização de suas políticas públicas. Após, seguem as considerações finais.

1. Economia Social e Solidária e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCs) como forma organizacional emergente: origens e evolução histórica no contexto brasileiro

A ESS apresenta-se com uma diversidade de práticas econômicas e sociais, com diferentes correntes teóricas no contexto da sua ação e reflexão de como pode contribuir na transformação das mazelas causadas pelo modo de produção capitalista (Morais & Bacic, 2020). Ou seja, este campo é caracterizado pela permanente tensão, seja no que se refere às questões teórico-conceituais, seja entre as diferentes iniciativas locais, sua escala, seus contextos, suas especificidades, seus enquadramentos e seus modos de operação, e suas contradições caracterizadas por experiências de modos de vida não capitalista dentro do modo de produção capitalista.

No entanto, conforme afirmou Vieira (2005, p. 17), a ESS “enquanto conceito possui uma tripla natureza”: ao mesmo tempo em que é um objeto empiricamente verificável, também é um movimento social e uma teoria propositiva da mudança socioeconômica. Nesta perspectiva, Cruz (2006, p. 56), menciona que “é difícil precisar o momento em que o termo começa a ser utilizado, e vários teóricos reivindicam para si a primazia na utilização do conceito”. Para este autor, conceituar estes “setores” é algo complexo,

uma vez que é uma tarefa que se desloca do mero debate acadêmico, para incorporar-se aos olhares e propostas de um espectro amplo de atores sociais, do movimento sindical aos formuladores de políticas públicas, de instituições religiosas a organismos multilaterais.

Este fenômeno multifacetado surgiu, em geral, no contexto de resistências e de lutas dos trabalhadores na busca de sobrevivência imediata, na garantia de trabalho e na defesa da própria dignidade, ao mesmo tempo na busca de construção de formas de “nova convivência humana, assentada nos ideais socialistas e democráticos da igualdade, da participação comunitária e da liberdade (Velloso, 2016).

Portanto, a ESS apresenta-se, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão sócio laboral, ao mesmo tempo busca a construção de alianças desde a sua origem no contexto das experiências dos trabalhadores, e que progressivamente conquistam espaços no ambiente universitário, como também de políticas públicas nacionais e internacionais.

A diversidade terminológica existente foi minuciosamente descrita por Moreno (1996) e, de acordo com a autora, os termos mais frequentes são:

- 1) “*Terceiro Setor*”: quando se faz alusão aos dois outros “Setores”, a saber, Estado e Privado Capitalista;
- 2) “*Setor Voluntário*”: termo que tem como característica básica o caráter voluntário de uma parte muito relevante de pessoas que forma, trabalha e dirige atividades voluntárias;
- 3) “*Setor Não Lucrativo*”: termo empregado pelo Sistema Nacional de Contas Integradas das Nações Unidas que enfatiza o caráter não lucrativo de organizações que conformam o terceiro setor, entendendo que suas ações não têm o objetivo de obter benefícios para distribuí-los entre os indivíduos que as conformam, mas sim para designa-los a outros fins socialmente determinados;
- 4) “*Setor Filantrópico*”: referem-se àquelas organizações que canalizam recursos pessoais e materiais em prol de causas públicas ou sociais, sendo muito utilizado quando se tratam das Fundações;
- 5) “*Setor Caritativo*”: termo que enfatiza o apoio que o terceiro setor recebe da sociedade em geral, em forma de doações privadas, para objetivos de caridade ou utilidade social que os depositantes depositam o próprio setor;
- 6) “*Organizações Não Governamentais*” – ONGs: termo que se refere àquelas entidades privadas que visam a promoção socioeconômica dos países mais subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento;
- 7) “*Setor Independente*”: termo que é utilizado para ressaltar o papel que o terceiro setor possui como força independente tanto frente à atividade do setor público, como com respeito ao setor lucrativo ou maximizador do benefício das atividades capitalistas;
- 8) “*Setor Intermediário*”: análogo ao anterior, enfatiza o papel do terceiro setor não lucrativo como terceira força social, ou seja, como o setor “mediador” entre os interesses do mercado e o das políticas das agências públicas, mantendo relações com ambos agentes;

- 9) “*Setor Isento de Impostos*”: considerando que na maioria dos países este setor desfruta de uma fiscalidade favorável, ou seja, com benefícios e isenções tributárias;
- 10) “*Economia Social*”: denominação que abarca tanto entidades genuínas do Terceiro Setor (Fundações, Associações), como a certas entidades de tipo comercial, mais orientadas ao mercado, tais como cooperativas, mútuas, etc.

Tremblay (2009) também enumera, por países, diferentes terminologias, como “*Social Economy*” (EUA e Canadá), “*Solidarity Economy*” (Argentina, Brasil, Chile e Quebec), “*People’s Economy*” (Ásia), “*Associative Movements*” (Senegal e Turquia), “*Civil Society*” (África do Sul) e “*Community Economic Development*” (Austrália, Nova Zelândia e Canadá anglofôno).

Desta forma, a grande quantidade de terminologias é justificada pelos diferentes modos de geração, atuação e comportamento que este setor apresenta nos diferentes países, ou seja, em cada nação, assim como em cada região, se adotam distintas terminologias para fazer frente ao setor, de acordo com aspectos históricos, culturais, políticos, jurídicos, etc.

Mais recentemente, Chaves & Monzón (2018) defendem a ideia de que o século XXI pode ser marcado por transformações sistemáticas de paradigmas, no sentido de contestar o atual modelo de desenvolvimento (pelos autores denominados de “crisis económica, de deslegitimación del modelo económico imperante y de revalorización de la economía social” o de “modelo de desarrollo basado en la privatización y la hegemonía de la empresa privada lucrativa”), que apresenta seus limites, que podem ser caracterizados pela exclusão, desigualdade e concentração de renda; aspectos estes forte e negativamente impactados pela crise de 2008.

Nesta perspectiva, segundo os autores (p. 5):

En este contexto de crisis económica, de deslegitimación del modelo económico imperante y de revalorización de la economía social también ha emergido una pluralidad de términos, nociones y paradigmas, como son las empresas sociales, la economía solidaria, la economía colaborativa, la economía circular, el cuarto sector, la innovación social y la responsabilidad social de las empresas. Estos términos han surgido cuestionando el modelo económico hegemónico basado en la empresa lucrativa tradicional e incorporan una carga propositiva que sitúa la dimensión social y ambiental en una posición central en la economía.

No entanto, assim como notado pelos autores, na atualidade, ainda se carecem de estudos que abordem, desde uma perspectiva comparativa e crítica, o conjunto destas “noções emergentes” de conceitos e denominações, de modo a apontar as diferenças e semelhanças entre eles, bem como estabelecer como tais conceitos foram consolidados.

De toda forma, desde os princípios do século XXI e, sobretudo, após a crise de 2008, para Chaves & Monzón (2018), concebe-se uma “nova geração de noções” e terminologias que, de algum modo, se relacionam com a ESS ou com a contestação do paradigma econômico global. Tais “noções emergentes” referem-se, em geral e a despeito de suas diferentes terminologias, a práticas econômicas alternativas.

No caso brasileiro, aproveitando-se desta ideia de visões ou formas organizacionais “emergentes”, quando se discute a questão das ITCPs, como se verá posteriormente, a prática antecede o intento de teorização proposto pelos autores supramencionados. As ITCPs podem ser consideradas como uma das formas e manifestações da ESS, que contemplam o fomento e o apoio à formação de empreendimentos econômicos solidários (EES) voltados para geração de trabalho e de renda, bem como com implicações no desenvolvimento local (Guimarães, 2000). Adicionalmente, deve-se frisar que as ITCPs são consideradas como importante ator constitutivo do ecossistema para a ESS (Morais & Bacic, 2020).

De acordo com Guerra (2008), as ITCPs, em se utilizando de seu Estatuto da Rede, “são agentes de um processo educativo para a cooperação e a autogestão, constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das Universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares e da economia solidária”. Além do que, as incubadoras “buscam articular multidisciplinarmente áreas de conhecimento de universidades brasileiras com grupos populares no intuito de gerar trabalho e renda”.

Nesta perspectiva, segundo Vechia et al (2011, p. 1), uma ITCP é “uma unidade acadêmica interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, cujo objetivo é fazer interagir o meio universitário e os grupos de trabalhadores/as que tentam empreender economicamente de forma coletiva, solidária e autogestionária, de maneira a apoiar a formação e a consolidação dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, transformar a universidade, aproximando-a dos interesses, desejos e necessidades dos setores populares”.

Indo além, Santos e Cruz (2008, p.2) propugnam a tese de que as ITCPs, “de modo geral, apesar de ser alvo de crítica por muitos setores tradicionais da mobilização universitária, tem a ampla audiência de quem quer mudança”. Daí sua relevância enquanto forma organizacional “emergente”. Para os autores, o espaço das ITCPs nas Universidades trata-se de um “espaço da contra-hegemonia, não é o espaço da preferência dos reitores tradicionais”. Assim, indagam:

Que maneira melhor se pode encontrar para fazer a universidade ter outra vez importância, se não for sendo, de fato, essencial? Existe um melhor campo de pesquisa que o campo da extensão universitária? Existe um melhor campo de estágio de ensino, que a sociedade em sua forma mais real e crua? Há um lugar melhor para construir criatividade lá onde um outro tipo de saber encontra o “nosso” saber, e onde a eficácia do saber científico é testada efetivamente, e onde não há preconceitos hierárquicos cristalizados?

Santos e Cruz, 2008, p. 3

Do ponto de vista das origens das ITCPS no Brasil, Santos e Cruz (2008) revelam que as ITCP's não nascem "do nada". Em suas visões:

é um longo caminho percorrido. Tecnologia... cooperativismo... popular. O mesmo processo: significantes re- significados produzindo um termo novo e diferente que conserva-nega-supera os termos anteriores e, que ao mesmo tempo, se referencia numa realidade que também conserva-nega-supera projetos e realidades anteriores. E aí estão as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

Santos e Cruz, 2008, p. 5

A primeira experiência de ITCP surge em 1995 na UFRJ, como um movimento de integração da comunidade acadêmica em contribuir com as demandas em torno de um momento de novas configurações e transformações do mundo do trabalho, que intensificavam as desigualdades sociais e econômicas, especialmente no seu entorno (Vechia et al, 2011).

Segundo Santos e Cruz (2008, p. 5), esta experiência nasceu da demanda da Fundação Osvaldo Cruz em que o seu campus é rodeado por favelas e suscitava a questão de como "as universidades podem fazer para reverter o quadro de miséria das populações mais pobres? Este questionamento traz a reflexão de como as tecnologias eram pesquisadas e geradas e qual as suas implicações na promoção de melhoria das condições de vida, especialmente para a população do entorno das universidades públicas. Daí "surgiu a ideia de 'subir o morro' e de fazer o morro descer à universidade: criar uma incubadora de 'empresas populares'. Além do que, "haveria de ser uma incubadora 'tecnológica', porque haveria que se compreender que a tecnologia não deve estar apenas a serviços de poucos" (Vechia et al, 2011, p. 8).

Em complemento, é interessante registrar que, para Santos e Cruz (2008), outras alternativas já tinham sido buscadas, tais como incubadoras de empresas, qualificação profissional etc., mas sempre sob muitas críticas em relação à sua eficácia e à adequação para a realidade dessa população. A ótica das incubadoras de empresas e da qualificação profissional emergem para ações voltadas para o desenvolvimento competitivo frente ao mercado (Gomes, 2006). Já as ITCPs consideram que os conhecimentos acumulados nas condições históricas e sociais são condições para a estruturação de empreendimentos calçados na solidariedade mútua, em que a sua ação é um ato pedagógico de transformação das condições de desigualdades impostas pelo sistema capitalista (Santos & Cruz, 2008).

Vale mencionar que este projeto de ITCPs obteve financiamento público da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal e propugnava a ideia de difusão de tecnologia e de metodologias de incubação. No final dos anos de 1990, outras universidades brasileiras começaram a conceberem ITCPs, contexto este que propiciou a criação de uma Rede de ITCPs que se ampliou e passou a fazer parte da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o

Trabalho (REDE UNITRABALHO), com a elaboração de um Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PRONINC).

Em 2002, as ITCPs saem da Rede UNITRABALHO, e constituem uma Rede das ITCPs, e a Rede UNITRABALHO constitui uma Rede de Incubadoras Tecnológicas de Empreendimentos Solidários (ITES). Portanto, a partir de 2002 foram constituídas duas redes de incubadoras universitárias, que prevalecem nas estruturas públicas, e mesmo que tenham diferenciações nas suas estruturas, é possível afirmar que as ITCPs e as ITESs realizam atividades acadêmicas no ambiente universitário que produzem conhecimentos relevantes na Economia Social e Solidária, embora nem todas as universidades possuam na sua estrutura as incubadoras desta natureza.

Esta ideia e ação de organização em Rede significou um grande avanço necessário. Na visão de Singer (2002, p. 123), as incubadoras universitárias decidem “integrar uma rede para a troca de experiências e ajuda mútua”, tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação), mas também de ensino e pesquisa. Nesta direção, Guimarães (2000) preconiza a ideia de que as incubadoras universitárias continuem se articulando em rede, seja por que elas representam uma inovação na forma de buscar respostas às exigências do desenvolvimento econômico local incorporando os setores mais vulneráveis e excluídos, seja pelo fato de que sua consolidação requer estratégias locais e articulação nacional (Guimarães, 2000).

No que se refere ao PRONINC, este Programa foi criado em 1997, tendo como parceiros, além da já mencionada FINEP, o Banco do Brasil, bem como a sua Fundação (FBB). O PRONINC em sua primeira edição financiou, em 1998, sob a coordenação da FINEP, a formação das primeiras ITCPs em seis universidades públicas: Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Federal do Ceará (UFC), de São Paulo (USP), Federal Rural de Pernambuco (UFRPe), Federal do Paraná (UFPR) e Estadual da Bahia (UNEB).

Em 2002, mesmo sem recursos do PRONINC, houve ampliação para vinte ITCPs em universidades públicas brasileiras. Em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi possível constituir um Comitê Gestor do PRONINC e tornou maior a sua abrangência a partir da segunda edição deste programa, o que permitiu, no período de 2005 a 2007, o funcionamento de 33 incubadoras nas universidades (Vechia *et al*, 2011).

Com a atuação articulada pelo Comitê Gestor do PRONINC, no período de 2003 a 2010, a FINEP e outros financiadores possibilitaram alavancar o número de incubadoras financiadas, sendo que no período de 2007 a 2011, a FINEP financiou 28 incubadoras com recursos oriundos de parceria com o MTE/SENAES¹.

A terceira edição do PRONINC financiou 64 incubadoras das universidades públicas, entre 2009 e 2010, para o desenvolvimento de suas atividades (Vechia *et al*, 2011). Em 2010, importante destacar que o PRONINC foi constituído como uma política pública de

1. <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc>

apoio à inovação, através do Decreto Federal nº 7.357, e se constitui como a principal política pública de apoio, estruturação e financiamento de incubadoras de economia solidária. Este decreto que regulamenta o PRONINC com principais conceitos, definições e objetivos e seu Comitê Gestor com a composição e funcionamento.

A finalidade do PRONINC, conforme o Decreto no. 7.357 de 17/11/2010, é o fortalecimento dos processos de incubação de EES, buscando atingir os seguintes objetivos: i) geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos EES; ii) construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de EES pós-incubação; iii) articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional; iv) desenvolvimento de novas metodologias de incubação de EES articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial; v) formação de discentes universitários em ESS; e vi) criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da ESS nas instituições de ensino superior.

Antes desta institucionalização, foram três edições do PRONINC através de Chamadas Públicas que possibilitaram a ampliação das atividades das incubadoras, com ampliação geográfica nas universidades. O PRONINC atuava em duas modalidades: a modalidade A para as incubadoras existentes e apoiadas pelo programa; e a modalidade B, para o apoio a novas incubadoras. Os recursos financeiros foram ampliados para além do SENAES/MTE, FINEP, FBB, com a incorporação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério da Educação (MEC).

Especialmente o MEC, em parceria com o Ministério da Cultura (MinC) e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), foi constituído com o Decreto nº 6.495 de 30 de junho de 2008, o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) denominado PROEXT/MEC/SESu, com objetivo de destinar recursos aos projetos e programas de extensão das instituições de ensino superior (IES) e de regulamentar e aplicar os mecanismos de avaliação desenvolvidos pelo FORPROEX para análise da situação extensionista do Brasil (Incrocci & Andrade, 2018).

O PROEXT/MEC/SESu se constitui em uma política pública da extensão universitária no Brasil, e apesar de ter sido criado entre 1994 e 1995, sua institucionalização ocorre em 2008, com editais de seleção de programas e projetos de extensão nos anos de 2009 a 2016, com exceção do ano de 2012. Observa-se, desde o edital de 2009 do PROEXT/MEC/SESu, a presença do MTE, do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em todas as edições.

O número de linhas temáticas nos editais do PROEXT/MEC/SESu variou ao longo de suas edições, assim como o número de Ministérios e Secretarias Nacionais envolvidas. Observa-se na análise dos respectivos editais que o número de Linhas Temáticas é proporcional ao número de Ministérios e Secretarias Nacionais envolvidas, que aumentou na primeira edição do edital de 4 para 20 Linhas Temáticas. Observa-se a presença do MTE desde

o primeiro edital de 2009, na Linha Temática que aborda a Geração de Trabalho e Renda por meio da Incubação e de fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários.

A quarta, quinta e sexta edições do PRONINC foram realizadas em Chamadas Públicas pelo CNPq, respectivamente MCTI/CNPq/MTPS nº 89/2013, MCTI/CNPQ/MTE/ SENAES nº 21/2015 e CNPq/MTb-SENAES nº 27/2017, com objetivo de apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País nas áreas de economia solidária e incubação tecnológica.

Em 2016, a SENAES identificou em torno de 110 incubadoras universitárias em funcionamento no Brasil, financiados no âmbito do PRONINC. Vale frisar que a incubação de EES é entendida como o conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que abrange desde o surgimento até a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica destes empreendimentos, em que o PRONINC foi fundamental para a garantia do funcionamento das ITCPS e ITESs.

Além do que, assim como expressaram Santos e Cruz (2008, p.8), a incubação é uma “atividade pedagógica”, que deve envolver os saberes científico – “institucionalmente produzido e reproduzido” e o popular- “construído pela vida”. E, assim como veremos mais adiante, as incubadoras perfazem um “processo permanente de ensino e pesquisa mediado pela extensão”.

1.1. Estruturas de apoio institucional e políticas públicas

Nesse panorama emergente e itinerante, existem vários riscos que podem ser apontados. O primeiro é que, ao fazer uma delimitação tão ampla da ESS que, por baixo, cabe tudo ou quase tudo, ou em outras palavras, qualquer atividade ligada à escassez envolvendo reciprocidade pode ser incluída sob este guarda-chuva.

O segundo risco é que a sua definição é severamente restrita, estabelecendo fronteiras precisas com critérios exigentes que podem deixar de fora um bom número de experiências que estão a meio caminho entre a ESS. Na fase atual, tanto a extensão ilimitada do guarda-chuva quanto a ação restritiva podem ser negativas para o crescimento da prática e também o crescimento teórico da ESS.

Um terceiro risco ainda é incluir sob este conceito -especialmente o brasileiro- de “economia solidária”, situações internacionalmente tão distantes que dificilmente possam ser reconhecidas, identificáveis e comparáveis como tais. Esta é uma das mais fortes críticas à pesquisa macro-comparativa lançada pela Universidade Johns Hopkins sobre o terceiro setor. O uso de critérios etéreos e discutíveis significa que, no final, quase ninguém sabe o que eles têm em comum: um hospital egípcio, uma mutualidade alemã, uma fundação americana, uma universidade marroquina, uma loja de comércio justo israelense, uma cooperativa social italiana, um projeto de desenvolvimento comunitário em Quebec, uma associação de moradores do Brasil. Até certo ponto isso os impede de qualificações que,

no caso da Europa, se referem ao uso de outros critérios e à cultura social e política de cada país. Não é defender um retorno a estudos que só podem ser interpretados a partir das realidades “nacionais”, mas, alertar que as comparações transnacionais devem ser cuidadosas para não projetar em outros a sombra da própria torre do sino.

Isto lança as luzes sob o campo da prática, seja pela ausência da teoria que ainda está em construção, e pelo histórico da construção da ESS no Brasil. É ponto pacífico que a ESS no Brasil –e na América Latina também– surge como um movimento auto organizado de trabalhadores atingidos pela degradação do ambiente econômico do país nos anos de 1980.

Este movimento inicial da ESS começa a se aproximar, já no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 de grupos já institucionalizados como a Igreja Católica, Sindicatos (que após algum tempo se afastam da ESS por acreditar que é uma forma de precarização do trabalho) e, mais adiante, as Universidades.

A extensão universitária no Brasil começou o processo de institucionalização com Getúlio Vargas, como se observa no Decreto nº 19.851, de 11/4/1931 que reestrutura o ensino universitário no país e, até hoje está incompleta. Há um considerável avanço no início dos anos 1960 com a proposta de uma nova reforma universitária que ampliava a extensão universitária como forma de democratização do ensino e acesso popular ao espaço universitário (proposta incorporada às Reformas de Base de João Goulart), mudança essas silenciadas pelo Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969 que trata da reforma universitária do regime militar.

Contudo, com o aumento da desigualdade econômica e social dos anos 1980, há um crescimento dos movimentos populares de resistência (movimento de moradia, trabalho –aqui considerada a ESS– alimentação, educação, etc) que pressionam a universidade a oferecer respostas a estas demandas sociais, somando-se a isso, a pressão do setor produtivo que demandava novas tecnologias produzidas pelas universidades.

Com efeito, a extensão universitária no Brasil, considerada em conjunto e numa perspectiva cronológica, pode ser vista como tendo três grandes etapas: I) a anterior a 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha pela Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire; II) a etapa que vai de 1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos; III) a terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas: 1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços

Paula, 2013, p. 19

Em outras palavras, temporalmente ao processo de institucionalização da Extensão Universitária (especialmente a terceira fase descrita na citação) é paralela ao processo de institucionalização da ESS.

A institucionalização da ESS também pode ser dividida por fases: a) Surgimento; b) expansão centralizada; c) difusão resiliente.

A primeira fase de surgimento, vai do início dos anos 1980 até metade dos anos 1990, momento em que as ITCPs começam a atuar junto aos empreendimentos populares, gerando organicidade no movimento da ESS. Este fato (organicidade) permite que os empreendimentos entrem nas agendas políticas locais como uma “alternativa do desemprego”. Aqui encontramos diversas iniciativas locais de institucionalização em diversos municípios brasileiros construídos a partir de iniciativas de organização de empreendimentos populares, compras públicas, cessão de espaços públicos para iniciativas populares e, em alguns casos, aprovação de legislação específica para ESS.

A segunda fase vai do final dos anos 1990 e início do novo milênio (especialmente após a eleição do governo Lula) em que o movimento ganha força e importância política e econômica e inicia a fase de ascensão e centralização. Começam a surgir as primeiras iniciativas regionais (estaduais) e nacionais, o que é organizado a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003. A SENAES teve capacidade de organizar nacionalmente o movimento da ESS abrindo uma nova etapa de sua institucionalização. Há a racionalização das iniciativas e criação de uma identidade nacional do movimento, fato que permitiu a internacionalização de algumas iniciativas.

Além da institucionalização com a criação de uma Secretaria, outros passos importantes como a apresentação de um Projeto de Lei da Política Nacional de Economia Solidária, bem como, diversos programas de incentivos aos empreendimentos populares e também às incubadoras de projetos populares. Este movimento é seguido por diversos Estado e Municípios, criando a expectativa que a ESS se transforme de um movimento de resiliência em um movimento de transformação econômico e social.

A terceira fase consiste no desmonte e sobrevivência da ESS no Brasil. Com a derrubada de Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016 se inicia o desmantelamento institucional da Economia Social e Solidária no Brasil, medida que abandona os EES à sua própria sorte em um cenário de derrocada econômica. A SENAES é transformada em subsecretaria pelo Governo Temer e posteriormente extinta no Governo Bolsonaro. Os projetos em andamento são extintos e novos projetos saem da agenda política do Governo Federal, medida acompanhada por governos estaduais e locais que possuem aderência política e econômica ao governo central.

Em agosto de 2017, um passo importante foi dado na direção da institucionalização da política pública de ESS no país, com a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, do Projeto de Lei 4685/12, que cria o Sistema Nacional da Economia Solidária.

No entanto, na contramão deste processo, desde 2016 (Governo Temer), as políticas públicas em apoio à ESS tiveram um retrocesso, que foi intensificado com o início do Governo Bolsonaro (2019). Para se ter uma ideia, Silva (2018) cunhou de “crise de paradigma” o período 2016-2018, ao analisar a política pública de ESS no Brasil no ciclo orçamentário de 2004 a 2018. Isto, pois, segundo o autor, tendo 2015 como ano-base, em 2016, o orçamento da SENAES teve uma contração de 50% em relação a 2015; em 2017, 60% do valor e, em 2018, apenas 16% do valor de 2015.

Nesta perspectiva, no Governo Temer, a SENAES transformou-se em Subsecretaria dentro do Ministério do Trabalho e teve os fundos diminuídos, o que restringiu suas possibilidades de atuação. Para deteriorar ainda mais este quadro, o Governo Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho e remeteu para o Ministério de Cidadania (Medida Provisória 870/2019). No artigo 23º são definidas as competências desse Ministério, entre elas “*XXIV - cooperativismo e associativismo urbanos*”. O artigo 24 da mesma MP informa a estrutura desse Ministério e indica a existência de “*XV - o Conselho Nacional de Economia Solidária*”. E diz “§ 3º - O Conselho Nacional de Economia Solidária é órgão colegiado de composição tripartite, observada a paridade entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal”. Cabe perguntar quem o governo identifica como empregadores dentro da ESS.

O Decreto Nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, define no artigo 2º as Secretarias e Departamentos do Ministério da Cidadania. Dentro da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, figura o Departamento de Economia Solidária. Esta nova estrutura evidencia a extinção da SENAES e a alteração da concepção das políticas “associando a Economia Solidária, às políticas de inclusão social e produtiva da assistência social e limitando seu público ao setor urbano” (Pinho, 2019). O associativismo rural foi remetido para o Ministério de Agricultura dentro da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Desta forma as políticas mais amplas de associativismo e Economia Solidária foram fragmentadas e os trabalhadores rurais que se organizam por meio da autogestão, estão excluídos, nos termos dos Decretos da ESS.

Assim, a SENAES que, paulatinamente, vinha ampliando ações, políticas de apoio e fomento da Economia Solidária no país, tornou-se um Departamento de Economia Solidária, dentro da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana. O triste é que, para além dos cortes orçamentários e do status de Secretaria, este deslocamento impacta também no sentido da Economia Solidária neste atual Governo, que nos parece caminhar para uma visão mais assistencialista e filantrópica, com pitadas de um empreendedorismo individualista; visão esta que se distancia de uma estratégia de desenvolvimento e de geração de renda mais transversal, emancipatória e cooperada fragmentando as políticas e as ações de um movimento que se organiza de forma autogestionária.

A consequência prática direta é a desorganização do movimento de ESS no nível nacional e, o recuo para prática locais, quando muito regionais. Há uma volta da ESS às suas origens de movimento de resiliência econômica, especialmente pelo desastre econômico

da gestão Bolsonaro somado aos impactos da COVID-19. O recuo institucional é comprovado com a análise do melhor desempenho dos empreendimentos que estão localizados em territórios que possuem políticas estaduais ou municipais de ESS, citando como exemplos os Estados da Bahia e Maranhão e, municípios como Araraquara/SP, Maricá/RJ, São Luís/MA, Chapecó/SC, dentre outras cidades.

2. Principais avanços e retrocessos para a universidade pública nas atividades acadêmicas relacionadas com as ITCPs/ ITESs

As ITCPs e as ITESs foram criadas no ambiente universitário enquanto programas de extensão que se relacionam de forma indissociável com a pesquisa e o ensino em torno da ESS, voltadas para contribuir com a promoção de desenvolvimento e inovação voltados para empreendimentos coletivos. Dubeaux (2007, p. 5) afirma que as ITCPs “representam um importante programa de extensão universitária entrelaçado com as atividades de ensino e pesquisa” que possibilitaram as universidades se integrarem como entidades de apoio e fomento aos EES brasileiros, como importante espaço de construção de um novo campo teórico implicado com a prática.

A constituição das ITCPs surge com perspectivas distintas e integradas: a primeira, de garantir no ambiente universitário o referencial de incubadoras voltadas para o fomento de empreendimentos coletivos; e a segunda, de demarcar que não existe unicidade nas correntes do sistema cooperativista e de tipologia organizacional na realidade brasileira. Todas estas perspectivas trazem na sua base a necessidade de inserção, nos espaços institucionalizados na universidade, os sujeitos que foram historicamente *invisibilizados* e seus modos de vida traduzidos na sua diversidade de formas organizacionais e suas identidades culturais.

A garantia de estruturas dentro das universidades para fomentar EES apresentam desafios nas bases conceituais, que precisam superar o predomínio dos princípios do sistema capitalista. A criação das ITCPs surge para interagir com outras economias e sua diversidade de tipologias de EES existentes na realidade brasileira, para além de uma economia representada pelas empresas tradicionais, através das Incubadoras de Empresas existentes no ambiente universitário.

As ITCPs possibilitam a interação entre a universidade e segmentos de trabalhadores que buscam a construção de EES que traduzem uma diversidade de práticas econômicas e sociais, que unem nas suas bases produtivas o que o capitalismo separou: o capital e o trabalho. Para tanto, a relação destes segmentos com a universidade tem uma contribuição marcante de aprendizados traduzidos na sua missão enquanto instituição social, que a partir da extensão universitária se relaciona com o ensino e seus currículos de formação

e a pesquisa e sua agenda implicada com contribuições voltadas para a superação das desigualdades sociais e econômicas.

Chauí (2003, p. 5) afirma que a universidade pública enquanto instituição social precisa ter na sua estrutura a presença de “projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade”, traduzida em uma prática social fundadas em lutas sociais em que a educação e a cultura passam ser dimensões constitutivas da cidadania e da democracia.

A defesa da universidade pública enquanto instituição social reflete a contraposição de ser uma organização prestadora de serviço que o sistema capitalista caracterizou com a “fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes” (Chauí, 2003, p. 7).

A perspectiva que a autora aponta reafirma a importância das atividades acadêmicas universitárias, especialmente a extensão universitária que pode ser contextualizada nas ações das ITCPs, que compreendem a concepção transformadora de forma dialógica, como espaço de formação tanto para os atores sociais da ESS como para a própria universidade. Esta concepção cumpre enquanto seus fins de formação e de compromisso social, na sua relação indissociável com o ensino e a pesquisa.

Entretanto, existem concepções e práticas distintas que permeiam a extensão universitária e que precisam ser compreendidas enquanto projeto de universidade pública: as da *posição difusionista* que tem caráter hierárquico do saber acadêmico frente aos outros saberes, na visão que a partir do resultado da pesquisa realizada na universidade se tem a sua difusão na sociedade sem interação dialógica; e a da *posição assistencialista* que se caracteriza pela prestação de serviço que se substitui as ações dos poderes públicos executivos, que se constituem em ações que estimula a prática de subserviência.

A posição difusionista foi criticada por Paulo Freire na sua obra “Extensão ou Comunicação”, que o seu caráter *tecnicista* compreende que os atores sociais recebem os conteúdos que não dialogam com sua vivência de mundo, apenas como transmissão de conceitos sem uma problematização das relações dinâmicas com o mundo. Freire (1996) afirma que esta visão é “bancária” da educação, em que o saber é visto com uma doação daqueles que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Esta “doação” é uma manifestação instrumental da ideologia da opressão, que Freire (1996, p. 58) denomina de alienação da ignorância para dominação, em que esta

educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio” a “educação” “bancária” mantém e estimula a contradição [...] Não é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depó-

sitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele, como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos.

A posição assistencialista da extensão universitária predomina a atividade de prestação de serviço, que Chauí (2003) problematiza que na perspectiva operacional, a universidade pública corre o risco de passar por uma modernização do século XXI acrítico e pouco reflexivo, em que “o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução”. Esta problematização é por conta que o poder econômico se baseia na posse de informações, ao mesmo tempo que é restrita o seu acesso a lógica do mercado.

Tratar das concepções da extensão universitária é compreender o projeto das universidades públicas, no prisma que a educação é um direito, e não um privilégio, e muito menos um serviço, como defende Chauí (2003). A universidade pública deve ser considerada enquanto investimento social e político e necessita que o Estado assegure os direitos sociais. É nesta concepção que a universidade através de suas atividades acadêmicas, especialmente da extensão universitária, deve se articular com as políticas públicas em diversas dimensões e áreas do conhecimento, e não como estrutura de reprodução do capital.

É neste contexto que as ITCPs contribuem com as universidades públicas em institucionalizar programas que expressam a efetivação de atividades acadêmicas que contribuam para a organização da sociedade, na perspectiva da promoção de EES, através de processos dialógicos com os atores sociais da ESS. Costa, Oliveira e Melo Neto (2003) argumentam que o trabalho das incubadoras é realizado com respeito à cultura e às necessidades dos atores sociais vinculados aos EES. Tem como princípio a mudança das relações humanas impregnadas do modo de produção capitalista, fundada em princípios éticos, na busca por autonomia, igualdade e liberdade.

Segundo o IADH (2011), no Relatório de Avaliação do PRONINC, foi possível constatar as riquezas de experiências metodológicas das ITCPs, mas que seguem princípios sócio-político-pedagógicos comuns. Enquanto estruturas inovadoras, que não tinham acúmulos anteriores, precisam lidar não apenas com o aspecto econômico dos EES, mas ao mesmo tempo, com a cooperação, a solidariedade e a inclusão social, muito recente na história da universidade e da sociedade brasileira. Os EES

possuem uma lógica peculiar. Não podem ser projetados tomando-se por referência os instrumentos de planejamento e gestão concebidos para as empresas tradicionais. A necessidade de criar métodos adequados explica-se por serem os empreendedores pouco qualificados, com baixa ou nenhuma capacidade técnica, além da des-

capitalização. E porque o empreendimento cooperativo tem um duplo caráter: uma empresa e uma associação de trabalhadores que articulam os aspectos econômicos do negócio com as oportunidades de inserção cidadã, possuindo um modelo de gestão democrático e participativo, voltado para o bem comum, para as externalidades geradas nas atividades desenvolvidas, e não para o lucro.

Foi observado na avaliação das ITCs/ITESs pelo o IADH (2011), que a metodologia no processo de incubação é baseada em Paulo Freire, onde sua estrutura surge da prática, por meio de aprendizagem contínua. Neste contexto, apresentam-se alguns princípios comuns no desenvolvimento das ações destas incubadoras, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1.

Princípios no processo de incubação de empreendimentos da ESS

1. A participação de sujeitos transformadores da realidade em que vivem é a base da incubação
2. O processo metodológico de incubação pressupõe a construção participativa do processo de formação continuada em Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo
3. A metodologia tem como princípio a interação horizontal entre empreendimentos e universidades, em que a produção e a troca de conhecimentos estão no centro desta relação, em que são fundamentais a união e a troca de saberes acadêmicos e de saberes populares
4. Os princípios metodológicos são inspirados na proposta de educação popular de Paulo Freire: autogestão, interdisciplinaridade e aprendizado mútuo
5. Parte essencial da metodologia é o acompanhamento constante dos grupos e o método exige ação-reflexão-ação e que deve permitir readequação/ reajuste/ adaptação e com necessidade de avaliação permanente das atividades
6. Trabalha-se de forma integrada, com uma equipe multidisciplinar de diversas áreas e a interdisciplinaridade propicia aproximação da realidade dos EES, com o reconhecimento no meio acadêmico das dificuldades de diálogo no sentido metodológico para o desenvolvimento interdisciplinar e multidisciplinar de trabalhos
7. O intercâmbio de experiências com incubadoras locais e empreendimentos de ESS devem ser estimulados, assim como contemplar a formação e o fomento de Rede de ESS
8. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: os educadores aprendem e ensinam sobre autogestão, aplicam, refletem e (re)elaboram conceitos científicos de um modo dialético, entre a prática à teoria e alia a pesquisa e a extensão, o que modifica a forma como o ensino é realizado na universidade
9. Reflexão sobre a preparação da comunidade universitária e os agentes educadores para o exercício de um processo interativo de (re)educação para o trabalho cooperativo, com união entre o “saber científico” e o “saber popular” voltados para transformação da prática cotidiana

Fonte: Adaptado de IADH (2011, p. 85-86).

Conforme o Quadro 1, pode-se observar que os princípios do processo de incubação seguem em sintonia com pressupostos da educação emancipadora tanto para os atores sociais vinculados aos EES, como para a comunidade acadêmica que atua nas estruturas das incubadoras universitárias – estudantes, professores e técnicos administrativos. Aborda o contexto da transformação, evidenciada na educação de Paulo Freire (1986) enquanto

prática libertadora, em que os atores sociais operam e transformam o mundo como um ato libertador.

Varanda (2007) afirma que as metodologias de incubação possuem princípios que orientam a atuação das ITCPs/ITESs na construção de alternativas, face às mudanças evidenciadas do mundo do trabalho. Um dos desafios é de associar à qualidade do trabalho científico a questão da relevância social, em que a inclusão social deve ser compreendida a partir de um enfoque tecnológico que incorporem da concepção à aplicação, para que a universidade possa cumprir o seu papel na relação com a ESS.

Este enfoque tecnológico deve considerar o trabalho associado, a propriedade coletiva e a cooperação do EES que considera o ser humano na sua integralidade, em que a relação com as ITCPs/ITESs se constituem um ambiente ideal para desenvolver e disseminar as tecnologias sociais. Essas tecnologias buscam integrar o conhecimento científico com os valores éticos, sociais e ambientais, que democratizam o seu acesso de fácil aplicação e baixo custo, mas implicados em expandir as capacidades de superação de desafios (Silva e Faria, 2010).

Entre estes desafios, é preciso considerar que os EES são formados por populações de baixa renda e pouca escolaridade. Predominam grupos da agricultura familiar e sua diversidade (pescadores artesanais, assentados de reforma agrária, comunidades quilombolas, povos indígenas), artesanato, catadores de materiais recicláveis, detentos e ex-detentos do sistema prisional, usuários do sistema de saúde mental, entre outros.

Portanto, o processo de incubação precisa articular com as políticas públicas universais e específicas de cada segmento, a partir da constituição de sujeitos de direitos que com informações e formações, para que coletivamente possam acessar estas políticas para superação das suas condições de precariedade. Entre as políticas públicas, IADH (2011) aponta que um dos eixos estruturantes é a tecnologia social que deve ter financiamento público para desenvolvimento e disseminação para democratização de acesso aos direitos universais.

Sobre as tecnologias sociais, cabe registrar que sua própria concepção teórica está intimamente ligada à solidariedade e à cooperação. Tem como protagonistas os trabalhadores e trabalhadoras atuando de forma solidária, autogerida, compreendendo ciência e técnica enquanto dispositivos para o aprimoramento dos bens e serviços gerados pelo trabalho associado (DAGNINO, 2020). Este autor expande a reflexão das tecnologias sociais para a concepção de toda uma “tecnociência solidária”, que decorre da ação do coletivo sobre os processos de trabalho, bem como de um “acordo social pactuado”, derivando, no ambiente produtivo, para o controle autogestionário e para a cooperação, conforme deliberação coletiva.

2.1 Institucionalização de políticas públicas para ITCPs/ITESs

A constituição de ITCPs/ITESs reflete o nível de compromisso de cada universidade pública, pois parte dos seus custos é garantido pela própria universidade, e muitas vezes não é percebido: o envolvimento de professores, eventualmente de técnicos administrativos, infraestrutura, equipamentos, transporte, entre outros. Entretanto, para garantia de bolsas para estudantes e recursos de custeio e de investimento tanto para as incubadoras como para os EES, destaca-se o já mencionado PRONINC.

Desde a primeira edição do PRONINC, são realizadas avaliações a partir das ações das ITCPs/ITESs nas universidades. São avaliações que destacam a importância da metodologia de incubação e sua relação com as tecnologias sociais e seu desempenho tanto nos processos formativos junto com os empreendimentos coletivos, como dos sujeitos acadêmicos envolvidos com as incubadoras.

Pode-se constatar que a principal contribuição deste processo avaliativo é a indicação de um conjunto de recomendações para que o PRONINC se consolide enquanto uma política pública. É uma política pública que assegura as ITCPs/ITESs enquanto espaço estratégico nas universidades públicas para desenvolver atividades de extensão integradas com o ensino e a pesquisa no desenvolvimento de tecnologias sociais implicadas com a organização do trabalho associativo e com propriedade coletiva (IADH, 2011).

A institucionalização afirma-se como um processo capaz de assegurar autonomia e reconhecimento interno e externo. Contempla diferentes procedimentos (formais e informais), ações e políticas, envolvendo diversas instâncias, com grau de organização e “tempos sociais” variados, e atores sociais diferenciados, que vão se apropriando e recriando eixos teórico-metodológicos para viabilizar a incubação, respeitando as especificidades dos grupos a serem incubados. Tais eixos, por sua vez, orientam, ao mesmo tempo, as atividades no campo acadêmico e o processo real de intervenção junto aos empreendimentos solidários

IADH, 2011, p. 33

Tanto o PRONINC como o PROEXT/MEC/SESu estão ameaçados enquanto políticas públicas na conjuntura brasileira. O PRONINC tem sido a principal política para mais de 90% das ITCPs/ITESs nas universidades; e o PROEXT/MEC/SESu enquanto política pública de financiamento das atividades de extensão universitária que foi uma das reivindicações de uma política específica “de extensão como parte das políticas públicas para a educação superior brasileira”, com interface com a sociedade e “metodologicamente respaldados de avaliação das ações de extensão universitária” (Forproex, 2006, p. 13).

Assim, tanto o PRONINC como o PROEXT/MEC/SESu são programas desenvolvidos e financiados com recursos federais que são referências para as atividades de extensão universitária, voltadas para a ESS como para outras linhas temáticas articuladas com políticas públicas de estruturas federais (Ministérios, Secretarias Nacionais, entre outros).

Entretanto, são programas não operacionalizados na atualidade: o PRONINC teve a sua última edição em Chamada Pública prevista no CNPq, em 2017; e o PROEXT/MEC/SESu, em 2016. Para além dos recursos financeiros para garantia destas políticas, o que se assiste no Brasil é o desmonte de estruturas e de políticas públicas que tenham a centralidade os avanços no acesso aos direitos sociais e civilizatórios que foram conquistados no início do século XXI.

O desmonte destes programas está vinculado como consequência iniciada desde o golpe, em 2016, que derrubou Dilma Rousseff da Presidência da República. Este golpe foi construído na mídia, em articulação com segmentos do judiciário e do mercado financeiro, e operacionalizado no Congresso Nacional e na Câmara do Senado. Foram segmentos que atuaram em sintonia para o enquadramento da agenda neoliberal no Brasil, mesmo que para isso tivessem que ferir a Constituição Federal de 1988 e o Estado Democrático de Direito, que teve êxito, em 2019, com a eleição de um Governo Federal da direita neoliberal (extrema direita).

Portanto, um dos desafios que se coloca é a manutenção das ITCPS/ITES nas universidades públicas, ao mesmo tempo que as próprias estruturas universitárias, em especial as federais, estão sendo atacadas não apenas com os escassos recursos financeiros, mas no seu princípio de gestão democrática e de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão, conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

Boaventura de Sousa Santos (2019, p. 1) afirma que “quando um governo de direita neoliberal assume o poder, os alvos são as universidades públicas. Estamos assistindo isso em todo o mundo. Às vezes, os ataques são mais frontais, outras vezes, mais suaves. Mas, em média, há uma redução de 30% e 50% no orçamento”. Sefair e Cutrim (2019) argumentam que neste contexto do capitalismo neoliberal no Brasil, observa-se a brusca diminuição das políticas de bem-estar social, e a “educação pública, vítima de cortes orçamentários, sucateamento e ataques que visam deslegitimar” a sua autonomia (p. 33).

São reduções e ataques às políticas que agravam os impactos que aumentam a marginalidade que mantém a escassez e a precarização do mundo do trabalho, e que “acende a preocupação de que toda a classe trabalhadora” posta à margem de qualquer direito (Sefair & Cutrim, 2019, p. 42). Neste contexto, Boaventura de Sousa Santos (2019, p. 1) complementa que “estamos vivendo uma nova idade média e é preciso que as universidades sejam polo de resistência. Nossa instituição é secular, não vai ser uma tempestade que vai nos derrubar”. Esta resistência está na criação de espaços de ação-reflexão-ação, em que o ato de educação seja para mudar e transformar o mundo, em que Freire (1996) defende que educar é um ato político, e, portanto, não há neutralidade na educação e tem vinculação com projeto de sociedade.

Nesta dinâmica, a extensão universitária tem um significado especial em um contexto que o capitalismo global que transformar a universidade em uma agência a seu serviço. Esse significado deve conferir a centralidade nas atividades de extensão para atribuir as universidades uma “participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamen-

to da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (SANTOS, 2004, p. 53-54).

Na análise sobre o papel da extensão universitária neste processo de *desmonte*, com o sentimento de retrocessos, surge a oportunidade das ITCs/ITESs se institucionalizarem enquanto programa de extensão no contexto da Curricularização da Extensão. A Curricularização da Extensão é uma política pública, conforme o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005 de 25/06/2014) que define na Meta 12, dentre suas estratégias (12.7), a integralização de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, através de programas e projetos de Extensão em áreas de pertinência social. Portanto, os Programas e, ou Projetos de Extensão devem ter orientação da sua ação, prioritariamente, para áreas de pertinência social, compreendidas enquanto ações de interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade.

Assim, as ITCs/ITESs na condição de programas de extensão existentes nas estruturas universitárias possuem potencial para ocupação nos currículos dos cursos de graduação de diversas áreas do conhecimento. Esta ocupação é uma estratégia, por um lado, de institucionalizar as incubadoras no ambiente universitário no espaço do ensino para além da extensão, e por outro, de garantir uma educação crítica voltada para a emancipação humana na relação com os atores sociais da ESS.

Outra contribuição que pode ser apontada pelas ITCs/ITESs é a institucionalização no ambiente universitário e no debate acadêmico que não existe unicidade nas correntes do sistema cooperativista e de tipologia organizacional na realidade brasileira. Costa, Oliveira e Melo Neto (2003, p. 36) afirmam que o processo de incubação é uma iniciativa pioneira, “também pode ser considerado inovador como projeto de geração de trabalho e renda. Torna-se um modelo de ação da universidade no combate ao desemprego e de combate à exclusão social, promovendo ações de inserção social, a partir da inserção econômica”.

É um processo que enfrenta uma economia que sofre muitas mudanças estruturais, e o cooperativismo popular é uma das alternativas, assim como outras formas de organização coletivas (grupos comunitários, associações, empresas autogestionárias, entre outros) para a inserção de atores sociais excluídos historicamente, não apenas na dimensão econômica, mas enquanto sujeitos que se tornam estruturas coletivas de resistência e de luta por acesso aos seus direitos.

No contexto do cooperativismo, as ITCs contribuem em demarcar que não existe unicidade, mas a existência de duas correntes distintas: as cooperativas tradicionais, ligadas à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), quase sempre presididas por grandes produtores rurais; e as cooperativas populares ou solidárias, ligadas ao movimento de ESS, em que sua base é constituída de trabalhadores, desempregados ou pessoas em situação de vulnerabilidade ou trabalho precarizado, que surgiram na década de 1990 (Pinho, 2004).

Pode-se também contextualizar que o “popular” se refere a compreensão de sujeitos oprimidos que não tem acesso as condições básicas para o exercício de sua cidadania, mas ao mesmo tempo como portador de perspectivas críticas que podem promover a emancipação humana. Esse entendimento tem como referência duas obras importantes de Paulo Freire, “A Educação como Prática de Liberdade” e “Pedagogia do Oprimido” (Costa, Oliveira & Melo Neto, 2006).

Considerações Finais

As ITCPs/ITESs representam o movimento da ESS nas universidades, como estruturas institucionalizadas de apoio e fomento, com uma trajetória de 25 anos, com a primeira experiência formada na UFRJ. Por um lado, essas estruturas emergentes foram ampliadas nas universidades em todas as regiões brasileiras, por outro lado, foram constituídas nas universidades e institutos federais advindos do processo de interiorização e expansão do ensino superior no período de 2003 a 2014 do Governo Federal.

Essas incubadoras contribuem, através das atividades acadêmicas de extensão indissociável com a pesquisa e o ensino, para o processo de formação aos EES, como também das próprias estruturas universitárias, em que se implicam com a sua democratização. A dinâmica de expansão e interiorização oportunizou o acesso de novos grupos econômicos no ambiente universitário, que expressam maior diversidade de culturas e novas relações entre ciência e vida, com a inclusão da classe trabalhadora no ensino superior que expressa uma diversidade cultural. Expressa “descentralização do conhecimento, do acesso dos setores populacionais historicamente ausentes dos processos de formação em nível superior” (Camargo & Araújo, 2018, p. 5).

O acesso as estruturas acadêmicas trazem os desafios, por um lado, de permanência material dos segmentos da classe trabalhadora neste espaço, e por outro, do percurso educacional implicado com a construção de conhecimentos em uma perspectiva de transformação das condições de exclusão historicamente marcante na realidade brasileira.

São desafios vivenciados e construídos na base das experiências das ITCPs/ITESs, enquanto estruturas de fomento e apoio a ESS, promovem formação voltados para geração de trabalho e de renda, com inclusão de dimensões culturais, de identidade e de respeito aos modos de vida, mas que ao mesmo tempo expressam contradições no seu papel e lugar nas diferentes correntes teóricas que influenciam a ESS.

Essas diferentes correntes teóricas delimitam riscos que traduz a ampla delimitação da ESS, enquanto um movimento que envolve a reciprocidade, bem como um movimento guarda-chuva. Ao mesmo tempo, caso a definição da ESS seja restrita pode excluir iniciativas que caracterizam a sua diversidade no contexto dos modos de vida não capitalista, que pode inibir o seu crescimento no Brasil.

Essas diversidades de iniciativas são vistas em diferentes tempos históricos e dimensões geográficas, que surgiram das lutas dos trabalhadores pela sua sobrevivência, mas

ao mesmo tempo como movimento político de construção de referenciais de liberdade, de solidariedade e de cooperação. Essas iniciativas conquistam espaços em diversos segmentos da sociedade, e na academia as ITCs/ITESs foram a forma de institucionalização da ESS, assim como no início do século XXI na estrutura do Governo Federal com a criação da SENAES.

A ESS no Brasil é formada por uma rede de representação dos EES, das entidades de apoio e fomento e das instâncias governamentais. Nesta rede estão as ITCs/ITESs como entidades de fomento e apoio e a SENAES como instância governamental, como estruturas fundamentais para contribuir com a construção e articulação de agendas de políticas públicas nacionais e internacionais para garantia de direitos nas configurações do mundo do trabalho, a partir dos modos de vida não capitalista expressadas na diversidade de organizações dos EES.

A trajetória histórica e a evolução das ITCs/ITESs no Brasil têm implicação com este contexto da Rede da ESS, e sua relação com as atividades acadêmicas, especialmente da extensão universitária, enquanto estruturas institucionalizadas que garantem um processo educativo com centralidade nos princípios da cooperação e da autogestão. Princípios integrados na construção de redes ou de alianças entre a universidade e os trabalhadores dos EES, a partir de processos formativos na concepção de educação *Freireana*, e não de prestação de serviço ou de difusionismo de qualificação profissional voltada para o mercado do capital.

Portanto, as estruturas organizacionais “emergentes” das ITCs/ITESs são consideradas manifestações da rede da ESS no Brasil, e que contaram com o PRONINC como principal política pública. O PRONINC foi criado em 1997, mas sua primeira edição foi em 1998, a partir da FINEP/MINC e Fundação Banco do Brasil e Banco do Brasil, com apoio a seis ITCs. Em 2003, com a criação da SENAES, a segunda edição do PRONINC apoio 33 incubadoras nas universidades (Vechia *et al*, 2011). E em 2016, contavam com 110 incubadoras universitárias em funcionamento no Brasil, financiados no âmbito do PRONINC.

Foi observado nos relatórios de avaliação do PRONINC que 90% das incubadoras dependem da maior parte para seu funcionamento de recursos deste programa, especialmente para bolsas para estudantes e recursos de custeio e de investimento tanto para as incubadoras como para os EES, mesmo considerando que uma grande parte da estrutura é garantida pela própria universidade (professores, infraestrutura, equipamentos, transporte, entre outros).

Outra política pública importante para as ITCs/ITESs é o PROEXT/MEC/SESu, com uma linha específica de “Geração de Trabalho e Renda por meio do apoio e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários”. Entretanto, o PRONINC e o PROEXT/MEC/SESu estão vinculados ao desmonte instalado desde 2016, no acesso aos direitos sociais e civilizatórios, com a derrubada de Dilma Rousseff da Presidência da República até a consagração da eleição de um representante do executivo federal da direita neoliberal (extrema direita).

Nesse contexto emergente e itinerante, destacam-se o desafio de manutenção das ITCPS/ITESs, ao mesmo tempo da própria extensão universitária enquanto atividade acadêmica de concepção transformadora com práticas dialógicas entre os atores sociais da ESS e a própria universidade. Esta concepção que cumpre o compromisso social na sua relação indissociável com o ensino e a pesquisa de construção de conhecimentos voltados para a emancipação humana.

Essa manutenção está relacionada ao próprio processo de institucionalização da extensão universitária e da ESS. As contradições do momento emergem alternativas de resistências e de lutas por garantias de direitos, mas ao mesmo tempo de firmar o projeto de sociedade de transformação das condições de desigualdades históricas.

Nessa dinâmica, tem-se mesmo com a derrubada de processos de conquistas instaladas no Brasil no início do século XXI, com o seu desmantelamento iniciado em 2016, com a transformação da SENAES em subsecretaria, em 2018, com sua extinção, ao mesmo tempo que em agosto de 2017, se tem a institucionalização da política pública de ESS com a aprovação, pela CCJ da Câmara, do Projeto de Lei nº 4685/12, que cria o Sistema Nacional da Economia Solidária.

Os intensos desmontes orçamentários e ataques severos a autonomia universitária e a liberdade de cátedra e de pensamento são movimentos instalados de forma institucional a partir de 2016, que promovem o sucateamento das universidades federais e ao mesmo tempo um movimento de censura do conhecimento produzido por quem está no poder nas tentativas em decidir o que e como se ensina. O que se presencia é o não cumprimento de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988.

Esse movimento ao mesmo tempo exige da comunidade universitária junto com o movimento da ESS que as estruturas das ITCPS/ITESs possam oportunizar no processo formativo a política pública da curricularização da extensão, de forma a garantir acesso no currículo aos programas e projetos de pertinência social nos cursos de graduação. São estruturas que as incubadoras poderiam ocupar pela sua trajetória nas universidades públicas, ao mesmo tempo, garantir o acesso a uma educação crítica e implicada com o referencial de emancipação humana integradas com os atores sociais que foram historicamente *invisibilizados* e seus modos de vida na sua diversidade de formas organizacionais e suas identidades culturais.

São reflexões sobre o panorama histórico das incubadoras na realidade brasileira que demonstram desafios, como a perenidade das políticas públicas voltadas para estas estruturas, como também de sua importância, por um lado, para os trabalhadores envolvidos em iniciativas de ESS com contribuições nos aspectos de formação e de estruturação, e por outro, para a academia com processos de construção de conhecimentos de maneira dialógica, implicados na relação das atividades acadêmicas como espaços de aprendizados de forma institucionalizada.

Referências bibliográficas

- CAMARGO, A.M.M. de & ARAÚJO, I.M. Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. *Acta Scientiarum. Education*, v. 40(1), e37659, 2018. p. 1-11.
- CHAVES, R. & MONZÓN, J.L. (2018). La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, nº 93, agosto 2018, pp. 5-50, DOI: 10.7203/CIRIEC-E.93.12901.
- CHAUÍ, M. (2003). A Universidade Pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, set/out /nov/dez 2003, nº 24. p. 5-15.
- COSTA, F.X.P. da, OLIVEIRA, I.C. de & MELO NETO, J.F. de. (2006). *Incubação de empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos*. João Pessoa: UFPB.
- DAGNINO, R. (2020). *Tecnociência solidária: um manual estratégico*. 2ª ed. Marília: Lutas anticapital, 161p.
- DUBEUX, A. (2007). O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil. *Proposta – Revista Trimestral da FASE*, Rio de Janeiro, jan/mar 2007, ano 31, nº 111. p. 4-15.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. João Pessoa; Brasília: Editora Universidade Federal da Paraíba; MEC/SESu, 2006.
- FREIRE, P. (1996). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1986). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOMES, V.P. da S. *Estudo exploratório para implantação de Incubadora de Cooperativas Populares em Tijucas*. Tijucas – SC: UNIVALI, 2006. (Trabalho de Conclusão de Estágio do Curso de Graduação em Administração da Universidade do Vale do Itajaí).
- GUIMARÃES, G. (2000). Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- GUERRA, A.C. (2008). *Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: uma análise comparativa*. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras.

- MORAIS, L. & BACIC, M. (2020). Social and Solidarity Economy and the need for its entrepreuneuring ecosystem: current challenges in Brazil. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, nº 98, março 2020, p. 5-30. DOI: 107203/CIRIEC-E.98.14138.
- MORENO, A.S. (1996). *Análisis económico del sector no lucrativo*. Valência: Ed. Tirant lo Blanc.
- OLIVEIRA, H.S. de & MARIZ, D. (2020). Movimento Escola Sem Partido: uma leitura à luz de Paulo Freire. *Educação*, Santa Maria, v. 44, 2019. p. 1-19.
- PAULA, João Antônio de. (2013). A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces -Revista de Extensão*, v. 1, n. 1, p. 05-23
- PINHO, D.B. (2004). *O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva.
- SANTOS, B.S. (2004). *A Universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez Editora.
- SANTOS, A. & CRUZ, A. (2008). *Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitário*. In: E-cadernos CES [Online].
Disponível em: < <http://eces.revues.org/1354>> DOI : 10.4000/eces.1354.
- SEFAIR, C. & CUTRIM, I.A. (2019) A necropolítica neoliberal e as políticas de austeridade no governo de Jair Bolsonaro. *PIXO Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*. UFPel, n. 10, vol. 3, p. 30-45.
- SILVA, R.M. Alves da & FARIA, M.S. de. (2010). Tecnologias Sociais e Economia Solidária. REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). In: *Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília: RTS, p. 65-70.
- SINGER, P. (2002). Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, B. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOUSA, M.A.B. de. (2019). Importância das Incubadoras de Empresas para o Desenvolvimento do Empreendedorismo no Brasil. *Revista Gestão em Foco*, edição no 11, p. 1-10.
- TREMBLAY, C. (2009). *Advancing the social economy for sócio-economic development: international perspectives*. Canadian Social Economy Research Partnerships – Public Policy Papers Series, no. 1.
- VARANDA, A.P. de M. (2007). Contribuições ao processo de institucionalização do PRO-NINC. *Proposta – Revista Trimestral da FASE*, Rio de Janeiro, jan/mar 2007, ano 31, nº 111. p. 27-33.
- VECHIA, R., TILLMANN, R., NUNES, T. & CRUZ, A. (2011). *A rede de ITCPS – passado, presente e alguns desafios para o futuro*. Disponível em:
http://200.144.182.150/itcp/sites/default/files/GT1%20-%20A%20rede%20de%20itcps%20passado%20presente_SEM%20REVISAO.pdf

- VELLOSO, T.R. (2016). A trajetória do movimento cooperativista: da vertente de controle estatal para instrumento de promoção de desenvolvimento territorial. CRUZ, Danilo Uzêda da. (org). In: *O mundo rural na Bahia: democracia, território e ruralidades*. Feira de Santana: Z Arte Editora. p. 363-390.
- VIEIRA, F.M. (2005). *Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul*. (Tese de Doutorado). FEAC, Universidade de São Paulo, São Paulo.